



SUMÁRIO

LIVRO I

TEORIA GERAL DO PROCESSO

1. JURISDIÇÃO	3
1.1. Conceito	3
1.2. Equivalentes jurisdicionais	5
1.2.1. Autotutela	5
1.2.2. Autocomposição	6
1.2.3. Mediação	7
1.2.4. Arbitragem	8
1.3. Escopos da jurisdição	10
1.4. Características principais	12
1.4.1. Caráter substitutivo	12
1.4.2. Lide	13
1.4.3. Inércia	14
1.4.4. Definitividade	16
1.5. Princípios da jurisdição	17
1.5.1. Investidura	17
1.5.2. Territorialidade (aderência ao território)	17
1.5.3. Indelegabilidade	19
1.5.4. Inevitabilidade	20
1.5.5. Inafastabilidade	20
1.5.6. Juiz natural	25
1.5.7. Promotor natural	26
1.6. Espécies de jurisdição	27

1.6.1. Jurisdição penal ou civil	27
1.6.2. Jurisdição superior ou inferior	28
1.6.3. Jurisdição comum e especial	28
1.7. Jurisdição voluntária	28
1.7.1. Características	28
1.7.1.1. Obrigatoriedade	28
1.7.1.2. Princípio inquisitivo	29
1.7.1.3. Juízo de equidade	30
1.7.1.4. Participação do Ministério Público como fiscal da lei	31
1.7.2. Natureza jurídica	32
1.7.2.1. Inexistência de caráter substitutivo	32
1.7.2.2. Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto	33
1.7.2.3. Ausência de lide	33
1.7.2.4. Não há partes, mas meros interessados	34
1.7.2.5. Não há processo, mas mero procedimento	35
1.7.2.6. Inexistência de coisa julgada material	35
1.8. Tutela jurisdicional	36
1.8.1. Espécie de crise jurídica	36
1.8.2. Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais	39
1.8.3. Coincidência de resultados com a satisfação voluntária	41
1.8.4. Espécie de técnicas procedimentais	44
2. PROCESSO	47
2.1. Introdução	47
2.1.1. Processo como procedimento	47
2.1.2. Processo como contrato.....	48
2.1.3. Processo como um quase contrato.....	48
2.1.4. Processo como relação jurídica.....	49
2.1.5. Processo como situação jurídica.....	49
2.1.6. Processo como procedimento em contraditório	50
2.1.7. Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório...	50
2.1.8. Conclusão	51
2.2. Procedimento	51
2.3. Relação jurídica processual	51
2.3.1. Composição	51
2.3.2. Características	53
2.3.3. Pressupostos processuais	54
2.3.3.1. Pressupostos processuais subjetivos (juiz/juízo)	55
2.3.3.1.1. Investidura	55
2.3.3.1.2. Imparcialidade	55

2.3.3.1.3. Competência	56
2.3.3.2. Pressupostos processuais subjetivos (partes)	57
2.3.3.2.1. Capacidade de ser parte	57
2.3.3.2.2. Capacidade de estar em juízo	57
2.3.3.2.3. Capacidade postulatória	58
2.3.3.3. Pressupostos processuais objetivos	59
2.3.3.3.1. Pressupostos processuais objetivos extrínsecos	59
2.3.3.3.2. Pressupostos processuais objetivos intrínsecos	60
2.3.3.3.2.1. Demanda	60
2.3.3.3.2.2. Petição inicial apta	61
2.3.3.3.2.3. Citação válida	61
2.3.3.3.2.4. Regularidade formal	62
2.4. Princípios processuais	62
2.4.1. Devido processo legal	62
2.4.2. Contraditório	64
2.4.2.1. Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação	64
2.4.2.2. Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz	66
2.4.2.3. Contraditório como forma de evitar surpresa às partes	66
2.4.2.4. Contraditório inútil	67
2.4.2.5. Contraditório diferido (ou postecipado)	68
2.4.3. Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório)	70
2.4.4. Motivação das decisões	71
2.4.5. Isonomia	72
2.4.6. Publicidade dos atos processuais	74
2.4.7. Princípio da economia processual	76
2.4.8. Princípio da instrumentalidade das formas	77
2.4.9. Princípio da razoável duração do processo	79
2.4.10. Princípio da cooperação	81
2.4.11. Princípio da boa-fé e lealdade processual	82
3. AÇÃO	87
3.1. Teorias da ação	87
3.1.1. Teoria imanentista (civilista)	87
3.1.2. Teoria concreta da ação	88
3.1.3. Teoria abstrata do direito de ação	89
3.1.4. Teoria eclética	90
3.1.5. Teoria da asserção	92
3.2. Condições da ação	93
3.2.1. Introdução	93
3.2.2. Possibilidade jurídica do pedido	94

3.2.3. Interesse de agir	95
3.2.4. Legitimidade	97
3.3. Elementos da ação	100
3.3.1. Introdução	100
3.3.2. Partes	100
3.3.3. Pedido	102
3.3.3.1. Certeza e determinação do pedido	103
3.3.3.2. Pedidos genéricos	104
3.3.3.2.1. Universalidade de bens	104
3.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano	104
3.3.3.2.3. Valor depender de ato a ser praticado pelo réu	107
3.3.3.3. Pedido implícito	107
3.3.3.4. Cumulação de pedidos	110
3.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedidos	110
3.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser incompatíveis entre si	110
3.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos	111
3.3.3.4.1.3. Identidade procedimental	112
3.3.3.4.2. Espécies de cumulação	113
3.3.4. Causa de pedir	115
4. COMPETÊNCIA	119
4.1. Introdução	119
4.2. Competência relativa e absoluta	120
4.2.1. Competência relativa	121
4.2.1.1. Legitimado para arguir a incompetência relativa.....	121
4.2.1.2. Reconhecimento de ofício da incompetência relativa	123
4.2.1.3. Momento para alegação da incompetência relativa.....	124
4.2.1.4. Forma de alegação da afronta à regra de competência rela- tiva.....	125
4.2.1.5. Acolhimento da exceção e atos processuais já praticados.....	126
4.2.2. Competência absoluta	128
4.2.2.1. Legitimado para arguir a incompetência absoluta	128
4.2.2.2. Forma de alegação da incompetência absoluta	128
4.2.2.3. Reconhecimento da incompetência absoluta – atos pratica- dos	129
4.2.2.4. Momento de arguição da incompetência absoluta	130
4.2.3. Esquema comparativo entre competência absoluta e competência relativa	131

4.3. Critérios para fixação da competência	132
4.4. Competência internacional	133
4.4.1. Introdução – princípio da efetividade	133
4.4.2. Competência internacional concorrente e exclusiva	133
4.4.3. Litispendência internacional	135
4.5. Espécies de competência	136
4.5.1. Competência territorial	136
4.5.1.1. Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 94 do CPC	136
4.5.1.2. Direito real imobiliário – art. 95 do CPC	138
4.5.1.3. Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade e ações em que o espólio for réu – art. 96 do CPC	140
4.5.1.4. Réu ausente – art. 97 do CPC	140
4.5.1.5. Réu incapaz – art. 98 do CPC	141
4.5.1.6. União	141
4.5.1.7. Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF	142
4.5.1.8. Ação de separação, conversão de separação em divórcio e anulação de casamento – art. 100, I, do CPC	143
4.5.1.9. Ação de alimentos – art. 100, II, do CPC	145
4.5.1.10. Anulação de títulos extraviados ou destruídos – art. 100, III, do CPC	146
4.5.1.11. Pessoa jurídica como réu – art. 100, IV, <i>a</i> , do CPC	146
4.5.1.12. Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 100, IV, <i>b</i> , do CPC	147
4.5.1.13. Sociedade que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 100, IV, <i>c</i> , do CPC	147
4.5.1.14. Obrigação a ser cumprida – art. 100, IV, <i>d</i> , do CPC	147
4.5.1.15. Reparação de dano – art. 100, V, do CPC	147
4.5.1.16. Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 100, V, <i>b</i> , do CPC	148
4.5.1.17. Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 100, parágrafo único, do CPC	148
4.5.2. Competência funcional	149
4.5.2.1. Conceito	149
4.5.2.2. Competência funcional ou competência territorial absoluta?	150
4.5.2.2.1. Art. 95 do CPC – ações reais imobiliárias	151
4.5.2.2.2. Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública	151
4.5.3. Competência em razão da matéria	153
4.5.4. Competência em razão da pessoa	153
4.5.5. Competência em razão do valor da causa	154
4.5.5.1. Juizados Especiais Estaduais – Lei 9.099/1995	154
4.5.5.2. Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001	155

4.5.5.3. Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009	156
4.5.5.4. Foros regionais (distritais)	157
4.6. Competência da Justiça Federal	158
4.6.1. Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>)	158
4.6.1.1. Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”	158
4.6.1.1.1. Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal	158
4.6.1.1.2. Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo	159
4.6.1.1.3. União Federal e ação de usucapião	160
4.6.1.1.4. Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual	161
4.6.1.1.5. Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta	161
4.6.1.2. Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”	162
4.6.1.3. Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”	162
4.6.2. Competência em razão da matéria (<i>ratio materiae</i>)	163
4.6.2.1. Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional” ...	163
4.6.2.2. Inciso X – “(…), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”	163
4.6.2.3. Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”	164
4.6.2.4. Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”	164
4.7. Prorrogação de competência	165
4.7.1. Conceito	165
4.7.2. Prorrogação legal	166
4.7.2.1. Conexão e continência	166
4.7.2.1.1. Conceito	166
4.7.2.1.2. Identidade da causa de pedir ou pedido – integral ou parcial?	167
4.7.2.1.3. <i>Ratio</i> da conexão e a insuficiência do disposto no art. 103 do CPC	168

4.7.2.1.4. Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão	169
4.7.2.2. Ausência de ingresso pelo réu de exceção declinatória de foro	171
4.7.3. Prorrogações voluntárias	172
4.7.3.1. Eleição de foro	172
4.7.3.2. Vontade unilateral do autor	172
4.8. Prevenção	173
4.8.1. Conceito	173
4.8.2. Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição	173
4.9. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 87 do CPC	174
4.10. Conflito de competência	176
4.10.1. Conceito	176
4.10.2. Legitimidade	177
4.10.3. Competência para o julgamento do conflito	178
4.10.4. Procedimento	179
5. LITISCONSÓRCIO	181
5.1. Conceito	181
5.2. Hipóteses de cabimento.....	182
5.3. Classificação do litisconsórcio.....	183
5.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto	183
5.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente)	184
5.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo	185
5.3.4. Litisconsórcio unitário e simples	186
5.4. Limitação do litisconsórcio facultativo	187
5.4.1. Reconhecimento de ofício pelo juiz	187
5.4.2. Pedido da parte	188
5.4.3. Litisconsórcio recusável?	189
5.4.4. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo	189
5.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções	191
5.6. Litisconsórcio ativo necessário?	193
5.7. Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?	196
5.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário	197
5.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo	199
5.10. Dinâmica entre os litisconsortes	199
5.10.1. Atos de disposição de direito	200
5.10.2. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 320, I, do CPC)	201
5.10.3. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 509, <i>caput</i> , do CPC)	201

5.10.4. Produção da prova	203
5.10.5. A confissão e o litisconsórcio	203
5.10.6. Prazo para os litisconsortes	205
6. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	207
6.1. Intervenções típicas e atípicas	207
6.1.1. Processo/fase de conhecimento	208
6.1.1.1. <i>Amicus curiae</i>	208
6.1.1.2. Intervenções da Lei 9.469/1997	213
6.1.1.3. Ação de alimentos	214
6.1.2. Processo/fase de execução	218
6.1.3. Processo cautelar	219
6.2. Assistência	220
6.2.1. Introdução	220
6.2.2. Assistência simples (adesiva)	221
6.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada)	222
6.2.3.1. Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo unitário?	223
6.2.4. Procedimento da assistência	224
6.2.5. Os poderes do assistente simples	227
6.2.6. Os poderes do assistente litisconsorcial	229
6.2.7. Imutabilidade da justiça da decisão	230
6.2.8. Justiça da decisão e coisa julgada	231
6.3. Oposição	232
6.3.1. Conceito e natureza jurídica	232
6.3.2. Espécies de oposição	233
6.3.2.1. Intervenção de terceiro (art. 59 do CPC)	233
6.3.2.2. Oposição como ação	234
6.3.2.3. Oposição após a sentença?	235
6.3.3. Procedimento	235
6.3.4. Recurso cabível contra decisão da oposição	237
6.3.5. Demanda bifronte	237
6.4. Nomeação à autoria	239
6.4.1. Conceito	239
6.4.2. Hipóteses de cabimento	240
6.4.2.1. Nomeação à autoria pelo mero detentor (art. 62 do CPC)	240
6.4.2.2. Nomeação à autoria pelo mandatário em demandas de reparação de dano (art. 63 do CPC)	241
6.4.3. Procedimento	242
6.5. Denúnciação da lide	245

6.5.1. Conceito	245
6.5.2. Hipóteses de cabimento	246
6.5.2.1. Denúnciação da lide pelo comprador evicto	246
6.5.2.2. Denúnciação da lide do possuidor direto (art. 70, II, do CPC)	248
6.5.2.3. Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 70, III, do CPC)	249
6.5.3. Obrigatoriedade.....	251
6.5.4. Qualidade processual do denunciado.....	252
6.5.5. Denúnciação sucessiva	255
6.5.6. Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	256
6.5.7. Procedimento da denúnciação pelo réu.....	257
6.6. Chamamento ao processo.....	260
6.6.1. Conceito	260
6.6.2. Hipóteses de cabimento	262
6.6.3. Procedimento.....	263
6.6.4. Chamamento ao processo no direito do consumidor	264
7. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	267
7.1. Introdução	267
7.2. Sumariedade formal.....	268
7.3. Valor da causa (art. 275, I, do CPC).....	269
7.4. Matérias (art. 275, II, do CPC).....	270
7.4.1. Arrendamento rural e parceria agrícola	270
7.4.2. Cobranças ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.....	271
7.4.3. Ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico	271
7.4.4. Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre	272
7.4.5. Cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução.....	272
7.4.6. Cobrança de honorários de profissionais liberais.....	272
7.4.7. Causas que versem sobre a revogação de doação	273
7.4.8. Demais casos previstos em lei.....	273
7.5. Petição inicial	273
7.6. Citação	275
7.7. Audiência de conciliação.....	276
7.8. Presença das partes e patronos na audiência de conciliação.....	277
7.9. Resposta do réu	278
7.10. Casos de conversão em rito ordinário	280
7.11. Intervenção de terceiros	281

8. VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS	283
8.1. Introdução	283
8.2. Vício e nulidade.....	284
8.3. Classificação	286
8.4. Mera irregularidade	287
8.5. Nulidades relativas	288
8.6. Nulidade absoluta	290
8.7. Inexistência jurídica	292
8.8. Efeito expansivo e confinamento das nulidades	292

LIVRO II

CONHECIMENTO

9. PETIÇÃO INICIAL	297
9.1. Introdução	297
9.2. Requisitos estruturais da petição inicial	298
9.2.1. Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial	298
9.2.2. Indicação das partes e sua qualificação	299
9.2.3. Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido	301
9.2.4. Pedido	301
9.2.5. Valor da causa.....	302
9.2.6. Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	304
9.2.7. Requerimento para citação do réu.....	305
9.3. Documentos indispensáveis à propositura da demanda	306
10. POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL	309
10.1. Introdução.....	309
10.2. Emenda da petição inicial.....	310
10.3. Indeferimento da petição inicial.....	311
10.3.1. Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação... ..	311
10.3.2. Hipóteses de indeferimento da petição inicial (art. 295, parágrafo único, do CPC)	313
10.3.2.1. Inépcia da petição inicial	313
10.3.2.2. Manifesta ilegitimidade de parte	314
10.3.2.3. Falta de interesse de agir.....	315
10.3.2.4. Prescrição e decadência	315
10.3.2.5. Procedimento inadequado.....	315

10.3.2.6. Ausência de indicação do nome do patrono do autor e não realização de emenda	316
10.4. Julgamento de improcedência liminar	317
10.4.1. Introdução	317
10.4.2. Requisitos para o julgamento de improcedência liminar	318
10.4.3. Conduta do juiz.....	320
10.4.4. Julgamento parcial de improcedência liminar?.....	321
10.4.5. Julgamento da apelação pelo tribunal	321
10.5. Citação	323
10.5.1. Conceito.....	323
10.5.2. Efeitos da citação.....	325
10.5.2.1. Efeitos processuais.....	325
10.5.2.1.1. Indução à litispendência.....	325
10.5.2.1.2. Prevenção do juízo.....	326
10.5.2.1.3. Estabilização da demanda	327
10.5.2.2. Efeitos materiais.....	329
10.5.2.2.1. Tornar a coisa litigiosa	329
10.5.2.2.2. Interrupção da prescrição	330
10.5.2.2.3. Constituição em mora do devedor.....	331
10.5.3. Modalidades de citação	332
10.5.3.1. Correio	332
10.5.3.2. Oficial de justiça	333
10.5.3.3. Edital.....	336
10.5.3.4. Meio eletrônico.....	338
11. RESPOSTAS DO RÉU.....	341
11.1. Introdução.....	341
11.2. Reconhecimento jurídico do pedido	343
11.3. Impugnação ao valor da causa.....	344
11.4. Impugnação à concessão dos benefícios da assistência judiciária.....	346
11.5. Contestação.....	348
11.5.1. Defesas processuais.....	349
11.5.1.1. Defesas dilatórias.....	349
11.5.1.1.1. Inexistência ou nulidade de citação (art. 301, I, do CPC).....	349
11.5.1.1.2. Incompetência absoluta do juízo (art. 301, II, do CPC).....	350
11.5.1.1.3. Conexão/continência (art. 301, VII, do CPC).....	350
11.5.1.2. Defesas peremptórias	351
11.5.1.2.1. Inépcia da petição inicial (art. 301, III, do CPC).....	351
11.5.1.2.2. Perempção (art. 301, IV, do CPC)	352

11.5.1.2.3. Litispendência (art. 301, V, do CPC).....	353
11.5.1.2.4. Coisa julgada (art. 301, VI, do CPC)	353
11.5.1.2.5. Convenção de arbitragem (art. 301, IX, do CPC) ...	353
11.5.1.2.6. Carência da ação (art. 301, X, do CPC).....	354
11.5.1.3. Defesas dilatórias potencialmente peremptórias	354
11.5.1.3.1. Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 301, VIII, do CPC)	354
11.5.1.3.2. Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar (art. 301, XI, do CPC).....	355
11.5.2. Defesas de mérito	356
11.5.2.1. Defesa de mérito direta	357
11.5.2.2. Defesa de mérito indireta.....	357
11.5.3. Princípio da impugnação específica dos fatos.....	358
11.5.4. Princípio da eventualidade.....	359
11.6. Exceções rituais	360
11.6.1. Teoria geral das exceções.....	361
11.6.1.1. Legitimidade para alegação	361
11.6.1.2. Momento de alegação.....	361
11.6.1.3. Órgão competente para decidir a exceção.....	362
11.6.1.4. Prazo para a interposição da exceção.....	362
11.6.1.5. Termo inicial da contagem de prazo.....	363
11.6.1.6. Momento de suspensão do procedimento principal	363
11.6.1.6.1. Suspensão imprópria	364
11.6.1.6.2. Momento final da suspensão.....	364
11.6.2. Exceção de incompetência relativa.....	365
11.6.2.1. Prazo de interposição	365
11.6.2.2. Forma de alegação	365
11.6.2.3. Interposição no foro de domicílio do réu.....	367
11.6.2.4. Conteúdo da exceção de incompetência.....	368
11.6.2.5. Procedimento da exceção.....	369
11.6.3. Exceção de suspeição e impedimento	370
11.6.3.1. Procedimento	371
11.7. Reconvenção.....	372
11.7.1. Conceito.....	372
11.7.2. Condições da ação	373
11.7.2.1. Legitimidade de parte.....	373
11.7.2.2. Interesse de agir	377
11.7.2.3. Possibilidade jurídica do pedido	379
11.7.3. Pressupostos processuais	379
11.7.4. Procedimento	380

11.8. Ação declaratória incidental.....	382
11.8.1. Ação declaratória incidental e reconvenção	383
12. REVELIA.....	385
12.1. Conceito	385
12.2. Efeitos	386
12.2.1. Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros.....	386
12.2.2. Desnecessidade de intimação do réu revel	390
12.2.3. Julgamento antecipado do mérito	391
12.3. Modificação objetiva da demanda.....	392
12.4. Ingresso do réu revel no processo.....	394
12.4.1. Participação do réu revel no procedimento probatório.....	394
12.4.1.1. Provas causais	394
12.4.1.2. Provas pré-constituídas.....	396
13. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	399
13.1. Providências preliminares	399
13.2. Julgamento conforme o estado do processo.....	400
13.2.1. Introdução.....	400
13.2.2. Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	401
13.2.3. Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 269, II a V, do CPC.....	401
13.2.4. Julgamento antecipado da lide	402
13.2.5. Saneamento do processo	404
14. PROVAS	409
14.1. Teoria geral das provas.....	409
14.1.1. Conceito de prova.....	409
14.1.2. Espécies de prova	410
14.1.3. A verdade possível e a verossimilhança	411
14.1.4. A caducidade das expressões "verdade formal" e "verdade real"	412
14.1.5. Direito à prova no processo civil	414
14.1.6. Objeto da prova	415
14.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 334 do CPC).....	415
14.1.6.2. Relevância e pertinência	416
14.1.6.3. Fatos notórios	416
14.1.6.4. Ausência de controvérsia.....	417
14.1.6.5. Presunção	417
14.1.6.6. Prova do direito (art. 337 do CPC).....	419

14.1.7. Ônus da prova	420
14.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova (art. 333 do CPC)	421
14.1.7.2. Inversão do ônus da prova	422
14.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova	424
14.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais	425
14.1.8. Os poderes instrutórios do juiz	426
14.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória	428
14.1.10. Valoração da prova	429
14.1.11. Prova emprestada	430
14.1.12. Prova ilícita	432
14.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas	433
14.1.13. Provas atípicas	435
14.2. Provas em espécie	436
14.2.1. Depoimento pessoal	436
14.2.1.1. Conceito	436
14.2.1.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal	437
14.2.1.3. Consequências do depoimento pessoal	438
14.2.1.4. Procedimento	440
14.2.1.5. Diferenças entre interrogatório e depoimento pessoal	441
14.2.2. Da confissão	442
14.2.2.1. Conceito	442
14.2.2.2. Espécies de confissão	444
14.2.2.3. Indivisibilidade da confissão	445
14.2.2.4. Invalidação da confissão	445
14.2.3. Da exibição de documento ou coisa	447
14.2.3.1. Conceito	447
14.2.3.2. Aspectos procedimentais comuns	448
14.2.3.3. Procedimento contra a parte contrária	449
14.2.3.4. Procedimento contra terceiro	452
14.2.4. Da prova documental	453
14.2.4.1. Conceito	453
14.2.4.2. Documento público e sua força probante	454
14.2.4.3. Documento particular e sua força probante	455
14.2.4.4. Incidente de falsidade documental	456
14.2.4.4.1. Natureza jurídica e objeto	456
14.2.4.4.2. Procedimento	457
14.2.4.5. Produção da prova documental	459
14.2.5. Da prova testemunhal	461
14.2.5.1. Conceito	461

14.2.5.2. Cabimento.....	461
14.2.5.3. Sujeitos que podem testemunhar	462
14.2.5.4. Direitos e deveres da testemunha.....	464
14.2.5.5. Produção da prova testemunhal.....	465
14.2.6. Da prova pericial.....	469
14.2.6.1. Conceito e espécies.....	469
14.2.6.2. Cabimento	470
14.2.6.3. Procedimento	471
14.2.6.3.1. Indicação do perito.....	471
14.2.6.3.2. Escusa do perito.....	472
14.2.6.3.3. Prova pericial complexa	472
14.2.6.3.4. Substituição do perito	473
14.2.6.3.5. Atos preparatórios	474
14.2.6.3.6. Intimação prévia das partes.....	475
14.2.6.3.7. Apresentação do laudo	475
14.2.6.4. Prova pericial e audiência de instrução e julgamento.....	476
14.2.6.5. Segunda perícia.....	477
14.2.6.6. Princípio da persuasão racional e a prova pericial.....	477
14.2.7. Da inspeção judicial	478
14.2.7.1. Conceito.....	478
14.2.7.2. Procedimento.....	479
15. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	481
15.1. Introdução.....	481
15.2. Procedimento	482
15.2.1. Abertura e pregão das partes	483
15.2.2. Conciliação (tentativa de autocomposição).....	483
15.2.3. Fixação dos pontos controvertidos	484
15.2.4. Esclarecimentos do perito	485
15.2.5. Depoimento pessoal.....	486
15.2.6. Oitiva das testemunhas.....	486
15.2.7. Debates orais	486
15.2.8. Prolação da sentença	487
15.3. Audiência una e contínua.....	488
15.4. Adiamento da audiência.....	488
16. SENTENÇA.....	493
16.1. Conceito legal de sentença.....	493
16.2. Classificação das sentenças.....	497
16.2.1. Conteúdo da sentença.....	497

16.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária	497
16.2.1.2. Sentença meramente declaratória	498
16.2.1.3. Sentença constitutiva	501
16.2.1.4. Sentença condenatória	501
16.2.1.5. Sentença executiva lato sensu.....	502
16.2.1.6. Sentença mandamental.....	503
16.2.2. Resolução de mérito	504
16.2.2.1. Sentenças terminativas (art. 267 do CPC).....	504
16.2.2.1.1. Indeferimento da petição inicial.....	504
16.2.2.1.2. Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes.....	504
16.2.2.1.3. Abandono do processo	506
16.2.2.1.4. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo ..	507
16.2.2.1.5. Perempção, coisa julgada e litispendência	508
16.2.2.1.6. Carência da ação	509
16.2.2.1.7. Convenção de arbitragem.....	510
16.2.2.1.8. Desistência da ação.....	511
16.2.2.1.9. Direitos intransmissíveis	511
16.2.2.1.10. Confusão entre autor e réu.....	512
16.2.2.2. Sentenças definitivas (art. 269 do CPC).....	514
16.2.2.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido.....	515
16.2.2.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido.....	515
16.2.2.2.3. Transação.....	516
16.2.2.2.4. Prescrição e decadência.....	516
16.2.2.2.5. Renúncia	516
16.3. Requisitos da sentença.....	517
16.3.1. Relatório.....	517
16.3.2. Fundamentação.....	518
16.3.3. Dispositivo	519
16.3.4. Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença.....	519
16.4. Princípio da congruência.....	520
16.4.1. Conceito.....	520
16.4.2. Exceções ao princípio da congruência	521
16.5. Sentença <i>extra petita</i>	522
16.5.1. Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i>	524
16.6. Sentença <i>ultra petita</i>	524
16.6.1. Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i>	525
16.7. Sentença <i>citra petita</i> (<i>infra petita</i>)	525
16.7.1. Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i>	527
16.8. Modificação da sentença pelo juízo sentenciante.....	529

16.9. Situação fática do momento da prolação da sentença.....	529
16.10. Capítulos de sentença	530
17. COISA JULGADA	533
17.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material	533
17.2. Coisa julgada total e parcial	534
17.3. Conceito e natureza jurídica.....	535
17.4. Função negativa da coisa julgada.....	537
17.5. Função positiva da coisa julgada	539
17.6. Limites objetivos da coisa julgada.....	540
17.7. Limites subjetivos da coisa julgada	542
17.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	545
17.9. Coisa julgada nas relações continuativas.....	546
17.10. Relativização da coisa julgada.....	547
17.10.1. Introdução	547
17.10.2. Coisa julgada inconstitucional	548
17.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional	551
17.11. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	555
17.12. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	560

LIVRO III

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

18. CONCEITO DE RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS	565
18.1. Introdução.....	565
18.1.1. Sucedâneos recursais internos	567
18.1.1.1. Reexame necessário	567
18.1.1.2. Correição parcial	569
18.1.1.3. Pedido de reconsideração	570
18.1.1.4. Impugnação e embargos à execução.....	571
18.1.2. Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação).....	571
19. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	573
19.1. Introdução.....	573
19.2. Objeto imediato do recurso	573
19.3. Fundamentação recursal (causa de pedir)	574

19.4. Abrangência da matéria impugnada.....	575
19.5. Independência ou subordinação.....	576
20. EFEITOS DOS RECURSOS.....	581
20.1. Introdução.....	581
20.2. Efeito obstativo.....	581
20.3. Efeito devolutivo.....	582
20.4. Efeito suspensivo.....	585
20.5. Efeito translativo.....	589
20.6. Efeito expansivo.....	591
20.7. Efeito substitutivo.....	592
20.8. Efeito regressivo.....	593
20.9. Efeito diferido.....	593
21. PRINCÍPIOS RECURSAIS.....	595
21.1. Duplo grau de jurisdição.....	595
21.1.1. Conceito.....	595
21.1.2. Vantagens do duplo grau de jurisdição.....	597
21.1.3. Desvantagens do duplo grau de jurisdição.....	598
21.1.4. O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?.....	599
21.2. Taxatividade (legalidade).....	600
21.3. Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade).....	601
21.4. Voluntariedade.....	603
21.5. Dialeiticidade.....	604
21.6. Fungibilidade.....	605
21.6.1. Dúvida fundada a respeito do recurso cabível.....	606
21.6.2. Inexistência de erro grosseiro.....	607
21.6.3. Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor.....	608
21.7. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	609
21.8. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	610
21.9. Complementaridade.....	612
21.10. Consumação.....	614
22. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	615
22.1. Introdução.....	615
22.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal.....	617
22.2.1. Cabimento.....	617

22.2.2. Legitimidade recursal.....	619
22.2.2.1. Partes.....	619
22.2.2.2. Terceiro prejudicado.....	621
22.2.2.3. Ministério Público	622
22.2.3. Interesse recursal	623
22.2.3.1. Necessidade.....	623
22.2.3.2. Adequação	626
22.2.4. Inexistência de ato impeditivo ou extinto do direito de recorrer	627
22.2.4.1. Desistência	627
22.2.4.2. Renúncia	630
22.2.4.3. Aquiescência	630
22.3. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal	631
22.3.1. Tempestividade	631
22.3.2. Preparo	636
22.3.3. Regularidade formal.....	639
23. JUÍZO DE MÉRITO.....	641
23.1. Introdução.....	641
23.2. Causa de pedir: <i>error in procedendo e error in judicando</i>	642
23.3. Pedido.....	643
24. APELAÇÃO	645
24.1. Cabimento.....	645
24.2. Procedimento	647
24.2.1. Introdução	647
24.2.2. Procedimento no 1.º grau de jurisdição	647
24.2.3. Procedimento no tribunal de segundo grau	650
24.3. Súmula impeditiva de recursos (art. 518, § 1.º, do CPC)	651
24.4. Saneamento de vícios durante o julgamento da apelação (art. 515, § 4.º, do CPC).....	653
24.5. Novas questões de fato (art. 517 do CPC)	655
24.6. Teoria da causa madura	656
25. AGRAVO	661
25.1. Introdução.....	661
25.2. Agravos contra decisões interlocutórias de primeiro grau	661
25.2.1. Cabimento de agravo retido e de agravo de instrumento.....	661
25.2.1.1. Agravo retido	665
25.2.1.1.1. Agravo retido interposto de forma escrita	666

25.2.1.1.2. Juízo de retratação e termo inicial de prazo para as contrarrazões	666
25.2.1.1.3. Agravo retido oral	667
25.2.1.1.4. Tempo de duração do agravo retido	668
25.2.1.1.5. A postura do agravado diante da interposição oral do agravo retido	668
25.2.1.1.6. A conversão do agravo de instrumento em retido	670
25.2.1.1.7. Pedido de julgamento na apelação ou contrarrazões.....	673
25.2.1.1.8. Julgamento do agravo retido no tribunal.....	674
25.2.1.2. Agravo de instrumento.....	675
25.2.1.2.1. Instrução do agravo de instrumento – peças processuais	675
25.2.1.2.2. Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau.....	681
25.2.1.2.3. Procedimento	683
25.3. Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau.....	694
25.3.1. Agravo regimental.....	695
25.3.2. Agravo interno.....	696
25.3.2.1. Julgamento de conflito de competência (art. 120, parágrafo único).....	696
25.3.2.2. Juízo de admissibilidade dos embargos infringentes. Decisão que nega conhecimento ao recurso (art. 532 do CPC).....	697
25.3.2.3. Decisão que não admite o agravo contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e recurso extraordinário.....	698
25.3.2.4. Decisão monocrática do relator com base no art. 557 do CPC	699
25.3.2.5. Procedimento.....	701
25.3.2.5.1. Juízo de retratação	701
25.3.2.5.2. Inclusão em pauta	702
25.3.2.5.3. Contraditório.....	703
25.3.2.5.4. Agravo interno manifestamente inadmissível ou infundado.....	703
25.3.3. Agravo contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e extraordinário.....	705
25.3.3.1. Introdução.....	705
25.3.3.2. Cabimento.....	705
25.3.3.3. Procedimento.....	706

26. EMBARGOS INFRINGENTES	709
26.1. Cabimento.....	709
26.1.1. Hipóteses atípicas de cabimento	711
26.2. Objeto dos embargos infringentes	713
26.3. Efeitos dos embargos infringentes.....	715
26.4. Procedimento	716
27. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	719
27.1. Natureza jurídica	719
27.2. Cabimento.....	720
27.2.1. Pronunciamentos recorríveis.....	720
27.2.2. Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração	721
27.3. Procedimento	724
27.4. Efeito interruptivo dos embargos de declaração	725
27.4.1. Embargos de declaração intempestivos	726
27.5. Embargos de declaração – intempestividade <i>ante tempus</i>	727
27.6. Manifesto caráter protelatório	728
27.7. Embargos de declaração atípicos	730
27.7.1. Embargos de declaração com efeito modificativo.....	732
27.7.2. Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	732
28. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	735
28.1. Introdução.....	735
28.2. Cabimento.....	736
28.2.1. Causas internacionais	736
28.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança.....	737
28.2.3. Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção.....	738
29. RECURSO ESPECIAL.....	739
29.1. Hipóteses de cabimento.....	739
29.1.1. Pressupostos cumulativos	739
29.1.1.1. Decisão de única ou última instância	739
29.1.1.2. Decisão proferida por tribunal	740
29.1.1.3. Prequestionamento	741
29.1.2. Pressupostos alternativos	743
29.1.2.1. Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	743
29.1.2.2. Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	744

29.1.2.3. Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	744
30. RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	747
30.1. Hipóteses de cabimento.....	747
30.1.1. Pressupostos cumulativos.....	747
30.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	747
30.1.1.2. Prequestionamento.....	748
30.1.1.3. Repercussão geral.....	749
30.1.2. Requisitos específicos.....	757
30.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional.....	757
30.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	758
30.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	759
30.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal.....	759
31. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.....	761
31.1. Procedimento.....	761
31.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito.....	764
31.3. Efeitos dos recursos federais.....	766
31.3.1. Efeito devolutivo.....	766
31.3.2. Efeito suspensivo.....	768
31.4. Recursos excepcionais retidos.....	770
31.5. Julgamento por amostragem.....	772
32. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	777
32.1. Introdução.....	777
32.2. Cabimento.....	777
32.2.1. Acórdão embargado.....	779
32.2.2. Acórdão paradigma.....	780
33. AÇÃO RESCISÓRIA.....	783
33.1. Natureza jurídica.....	783
33.2. Conceito de rescindibilidade.....	784
33.3. Objeto da rescisão.....	784
33.4. Hipóteses de cabimento.....	786

33.4.1. Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz.....	786
33.4.2. Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo.....	787
33.4.3. Dolo da parte vencedora e colusão das partes para fraudar a lei..	788
33.4.4. Ofensa à coisa julgada	789
33.4.5. Violar literal disposição de lei.....	789
33.4.6. Prova falsa.....	790
33.4.7. Obtenção de documento novo	791
33.4.8. Fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença	793
33.4.9. Erro de fato	794
33.5. Legitimidade	795
33.6. Competência.....	797
33.7. Prazo.....	798
33.8. Ação executória e execução do julgado	800
33.9. Procedimento	800
33.9.1. Petição inicial.....	800
33.9.2. Reações do juiz diante da petição inicial.....	803
33.9.3. Resposta do réu	804
33.9.4. Atividade saneadora.....	804
33.9.5. Fase probatória	805
33.9.6. Manifestações finais.....	806
33.9.7. Julgamento.....	806

LIVRO IV

EXECUÇÃO

34. FORMAS EXECUTIVAS	811
34.1. Introdução.....	811
34.2. Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva.....	811
34.3. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta).....	815
35. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	819
35.1. Introdução.....	819
35.2. <i>Nulla executio sine titulo</i>	819
35.3. Patrimonialidade.....	821
35.4. Desfecho único e disponibilidade da execução	821
35.5. Utilidade.....	824

35.6. Menor onerosidade	825
35.7. Lealdade e boa-fé processual	825
35.8. Contraditório	828
35.9. Atipicidade dos meios executivos	829
36. PARTES NA EXECUÇÃO	831
36.1. Introdução	831
36.2. Diferentes espécies de legitimidade na execução	832
36.2.1. Polo ativo	832
36.2.2. Polo passivo	833
36.3. Legitimação ativa	833
36.3.1. Credor a quem a lei confere título executivo	833
36.3.2. Legitimidade do Ministério Público	834
36.3.3. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores	836
36.3.4. Legitimidade do cessionário e do sub-rogado	837
36.4. Legitimidade passiva	837
36.4.1. Sujeito que figura no título como devedor	837
36.4.2. Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores	838
36.4.3. Novo devedor	839
36.4.4. Fiador judicial	839
36.4.5. Responsável tributário	841
36.4.6. Legitimidade do responsável secundário	842
36.5. Intervenção de terceiros na execução	844
36.5.1. Intervenções típicas	844
36.5.2. Intervenções atípicas	846
37. COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO	849
37.1. Competência da execução de título executivo judicial	849
37.1.1. Introdução	849
37.1.2. Competência executiva dos tribunais	849
37.1.3. Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição	851
37.1.3.1. Exceções à regra do art. 475-P, II, do CPC	851
37.1.3.2. Trâmite dos autos entre diferentes juízos	853
37.1.3.3. A regra do art. 475-P, II, do CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	854
37.1.4. Competência para a fase de satisfação de sentença arbitral, decisão homologatória de sentença estrangeira e sentença penal condenatória	855

37.2. Competência da execução de título extrajudicial.....	857
37.3. Competência no processo de insolvência civil	859
38. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	861
38.1. Obrigação e responsabilidade patrimonial.....	861
38.2. Inexistência de responsabilidade pessoal.....	862
38.3. Bens que respondem pela satisfação na execução.....	863
38.4. Impenhorabilidade de bens	864
38.4.1. Patrimônio mínimo e dignidade humana	864
38.4.2. As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro.....	865
38.4.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução.....	866
38.4.2.2. Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 649, II, do CPC).....	867
38.4.2.3. Vestuários e pertencentes de uso pessoal	868
38.4.2.4. Ganhos aptos a manter a subsistência do executado.....	869
38.4.2.5. Bens necessários ou úteis ao exercício profissional.....	871
38.4.2.6. Seguro de vida	874
38.4.2.7. Materiais necessários para obras em andamento.....	874
38.4.2.8. Pequena propriedade rural trabalhada pela família	874
38.4.2.9. Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social.....	875
38.4.2.10. Valores depositados em caderneta de poupança	876
38.4.2.11. Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político	876
38.5. Responsabilidade patrimonial secundária.....	877
38.5.1. Bens do sucessor a título singular.....	877
38.5.2. Bens do sócio, nos termos da lei.....	878
38.5.3. Bens do devedor, quando estiverem em poder de terceiros	881
38.5.4. Bens do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação respondem pela dívida.....	882
38.5.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução.....	885
38.6. Fraudes do devedor.....	885
38.6.1. Fraude contra credores	885
38.6.2. Fraude à execução	887
38.6.3. Fraude de bem constrito judicialmente.....	890
39. TÍTULO EXECUTIVO	893
39.1. Introdução.....	893

39.2. Títulos executivos judiciais.....	896
39.2.1. Sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de uma obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia ...	896
39.2.2. Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	900
39.2.3. Sentença homologatória de transação e de conciliação.....	903
39.2.4. Sentença arbitral.....	904
39.2.5. Acordo extrajudicial de qualquer natureza homologado judicialmente	904
39.2.6. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça	905
39.2.7. Formal e certidão de partilha	906
39.3. Títulos executivos extrajudiciais.....	907
39.3.1. Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque ..	907
39.3.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.....	909
39.3.3. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e de caução, bem como de seguro de vida	910
39.3.4. Crédito decorrente de foro e laudêmio.....	911
39.3.5. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.....	912
39.3.6. Crédito de serventário da justiça, de perito, de intérprete e tradutor quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial	912
39.3.7. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	913
39.3.8. Todos os demais títulos, a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva	914
40. EXECUÇÃO PROVISÓRIA.....	915
40.1. Conceito.....	915
40.2. Execução provisória de título executivo extrajudicial	916
40.3. Caução na execução provisória	918
40.4. Dispensa da caução	921
40.5. Responsabilidade objetiva do exequente	924
40.6. Formalização dos autos da execução provisória	925
40.7. Execução provisória contra a Fazenda Pública.....	926

41. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	927
41.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	927
41.2. Títulos que podem ser objeto de liquidação.....	929
41.3. Vedação à sentença ilíquida.....	930
41.4. Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo.....	931
41.5. Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?.....	933
41.6. Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada.....	934
41.7. Liquidação como forma de frustração da execução.....	936
41.8. Natureza jurídica da liquidação	938
41.9. Legitimidade ativa	939
41.10. Competência.....	940
41.11. Regra da fidelidade ao título executivo (art. 475-G do CPC)	941
41.12. Liquidação por mero cálculo aritmético do credor	942
41.12.1. Introdução.....	942
41.12.2. Dados necessários à elaboração dos cálculos em poder do executado ou de terceiros	943
41.12.3. Consequência da ausência de exibição de dados	944
41.12.4. Remessa dos autos ao contador.....	945
41.12.5. Procedimento da remessa dos autos ao contador	946
41.13. Liquidação por arbitramento.....	948
41.13.1. Cabimento.....	948
41.13.2. Procedimento.....	949
41.14. Liquidação por artigos	950
42. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER....	953
42.1. Introdução	953
42.2. Aspectos procedimentais	954
42.3. Tutela específica e conversão em perdas e danos.....	956
42.3.1. Vontade do exequente.....	957
42.3.2. Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente.....	958
42.3.3. Procedimento da conversão em perdas e danos.....	959
42.4. Atipicidade das formas executivas	959
42.4.1. Prisão civil	960
42.5. Multa coercitiva	962
42.5.1. Introdução	962
42.5.2. Valor da multa.....	962
42.5.3. Beneficiado pela multa	963

42.5.4. Fazenda Pública em juízo.....	964
42.5.5. Alteração do valor e periodicidade da multa.....	965
42.5.6. Exigibilidade da multa.....	968
42.5.7. Termo inicial da multa e intimação do devedor.....	971
43. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	973
43.1. Introdução.....	973
43.2. Aspectos procedimentais	974
44. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	977
44.1. Introdução.....	977
44.2. Termo inicial de contagem da multa de 10% (art. 475-J, <i>caput</i> , do CPC)..	977
44.3. Multa e o “pagamento”.....	981
44.4. Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença	982
44.5. Forma de provocação – requerimento	983
44.6. Expedição do mandado de penhora e avaliação, observado o disposto no art. 614, II, do CPC.....	984
44.7. Intimação do demandado e prazo para apresentação da impugnação	984
44.8. Avaliação pelo próprio oficial de justiça e somente em casos excepcionais por avaliador	986
44.9. Remessa dos autos ao arquivo	986
44.10. Honorários advocatícios.....	987
45. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....	989
45.1. Introdução.....	989
45.2. Execução das obrigações de fazer.....	990
45.3. Execução das obrigações de não fazer	994
45.4. Obrigações de emitir declaração de vontade.....	996
46. PROCESSO DE EXECUÇÃO DE ENTREGA DE COISA.....	999
46.1. Execução de entrega de coisa certa.....	999
46.2. Execução de entrega de coisa incerta	1002
47. EXECUÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	1005
47.1. Início do processo de execução	1005
47.1.1. Petição inicial.....	1005
47.1.2. Averbação da execução	1009

47.1.3. Arresto executivo.....	1010
47.1.4. Citação e pagamento.....	1011
47.1.5. Atuação do oficial de justiça.....	1014
47.1.6. Não localização do devedor para a intimação da penhora.....	1015
47.2. Moratória legal.....	1016
47.2.1. Introdução.....	1016
47.2.2. Moratória legal.....	1017
47.2.3. Requisitos formais.....	1018
47.2.4. Procedimento.....	1020
47.2.5. Inadimplemento das parcelas.....	1020
47.3. Penhora.....	1021
47.3.1. Definição e efeitos.....	1021
47.3.2. Ordem legal da penhora.....	1023
47.3.3. Penhora de dinheiro (<i>on-line</i>).....	1025
47.3.4. Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora.....	1030
47.3.5. Procedimento da penhora.....	1033
47.3.6. Substituição do bem penhorado.....	1036
47.3.7. Penhoras especiais.....	1039
47.4. Avaliação.....	1042
47.5. Formas de expropriação.....	1044
47.5.1. Introdução.....	1044
47.5.2. Adjudicação.....	1045
47.5.2.1. Introdução.....	1045
47.5.2.2. Novo sistema de adjudicação.....	1046
47.5.2.3. Momento da adjudicação.....	1047
47.5.2.4. Valor da adjudicação.....	1048
47.5.2.5. Legitimados a adjudicar.....	1049
47.5.2.6. Concurso de pretendentes à adjudicação.....	1050
47.5.2.7. Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar.....	1051
47.5.2.8. Auto de adjudicação.....	1052
47.5.2.9. Adjudicação provisória.....	1053
47.6. Alienação por iniciativa particular.....	1054
47.6.1. Introdução.....	1054
47.6.2. Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido.....	1055
47.6.3. Alienação por corretor credenciado perante a autoridade judiciária... ..	1055
47.6.4. Requisitos para a alienação.....	1057
47.7. Arrematação.....	1059
47.7.1. Introdução.....	1059
47.7.2. Requisitos formais do edital da hasta pública.....	1059

47.7.3. Publicidade do edital.....	1062
47.7.4. Dispensa da publicação de editais.....	1063
47.7.5. Comunicações da hasta pública.....	1064
47.7.6. Realização da hasta pública.....	1067
47.7.7. Hasta pública eletrônica.....	1067
47.7.8. Legitimados a arrematar.....	1068
47.7.9. Procedimento da hasta pública.....	1070
47.7.10. Arrematação ineficaz.....	1073
47.7.11. Alienação antecipada.....	1076
47.8. Usufruto executivo.....	1077
47.8.1. Introdução.....	1077
47.8.2. Objeto do usufruto executivo.....	1078
47.8.3. Cabimento do usufruto executivo.....	1079
47.8.4. Momento do usufruto executivo.....	1080
47.8.5. Procedimento do usufruto executivo.....	1081
47.9. Entrega de dinheiro ao credor.....	1084
48. EXECUÇÕES ESPECIAIS.....	1087
48.1. Execução de prestação alimentícia.....	1087
48.1.1. Introdução.....	1087
48.1.2. Procedimento.....	1089
48.1.2.1. Diferentes procedimentos.....	1089
48.1.2.2. Execução por sub-rogação.....	1089
48.1.2.3. Execução indireta – prisão civil.....	1091
48.2. Execução contra a fazenda pública.....	1094
48.2.1. Introdução.....	1094
48.2.2. Procedimento.....	1096
48.2.3. Regime dos precatórios.....	1098
48.2.4. Compensação em favor da Fazenda Pública.....	1100
48.2.5. Emenda Constitucional 62/2009 (A EC do Calote).....	1101
48.2.6. Dispensa de precatório.....	1102
48.2.7. Preterição no pagamento.....	1103
49. DEFESAS DO EXECUTADO.....	1105
49.1. Introdução.....	1105
49.2. Embargos à execução.....	1105
49.2.1. Natureza jurídica dos embargos.....	1105
49.2.2. Garantia do juízo.....	1106
49.2.3. Prazo dos embargos.....	1107

49.2.4. Rejeição liminar dos embargos	1110
49.2.4.1. Intempestividade dos embargos.....	1111
49.2.4.2. Inépcia da petição inicial.....	1112
49.2.4.3. Embargos manifestamente protelatórios.....	1113
49.2.5. Efeito suspensivo	1115
49.2.5.1. Requisitos	1115
49.2.5.2. Ausência de preclusão judicial.....	1118
49.2.5.3. Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo.....	1119
49.2.5.4. Suspensão parcial do processo.....	1120
49.2.6. Procedimento dos embargos à execução	1122
49.2.6.1. Início do procedimento.....	1122
49.2.6.2. Revelia.....	1124
49.2.6.3. Outras reações.....	1126
49.2.6.4. Decisão dos embargos.....	1127
49.2.6.5. Matérias que podem ser objeto de embargos à execução..	1129
49.2.6.5.1. Nulidade da execução, por não ser executivo o título apresentado.....	1129
49.2.6.5.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1130
49.2.6.5.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	1132
49.2.6.5.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa.....	1134
49.3. Impugnação	1135
49.3.1. Natureza jurídica	1135
49.3.2. Matérias alegáveis em sede de impugnação.....	1136
49.3.2.1. Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia.....	1136
49.3.2.2. Inexigibilidade do título.....	1137
49.3.2.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea	1138
49.3.2.4. Ilegitimidade das partes.....	1138
49.3.2.5. Excesso de execução	1138
49.3.2.6. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença	1139
49.3.3. Procedimento	1139
49.4. Exceção e objeção de pré-executividade	1142
49.4.1. Análise histórica.....	1142
49.4.2. Problemas de terminologia.....	1143
49.4.3. Distinção entre exceção de pré-executividade e objeção de pré-executividade.....	1144
49.4.4. Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade.....	1145
49.4.5. Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade.....	1148

LIVRO V**TUTELA DE URGÊNCIA**

50. TUTELA ANTECIPADA E TUTELA CAUTELAR.....	1155
50.1. Introdução.....	1155
50.2. Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	1157
50.2.1. Diferenças.....	1157
50.2.1.1. Natureza jurídica.....	1157
50.2.1.1.1. “Cautelares satisfativas”.....	1158
50.2.1.2. Requisitos para concessão.....	1160
50.2.1.3. Atividade oficiosa do juiz.....	1161
50.2.1.4. Autonomia.....	1162
50.2.2. Identidades.....	1164
50.2.2.1. Provisoriamente.....	1164
50.2.2.2. Cognição sumária – juízo de probabilidade.....	1165
50.2.2.3. Inexistência de satisfação jurídica.....	1165
50.2.2.4. Requisitos para concessão.....	1166
50.3. Conclusões da comparação.....	1167
50.3.1. Aplicação subsidiária da teoria geral cautelar à antecipação de tutela.....	1167
50.3.1.1. Caução.....	1167
50.3.1.2. Audiência de justificação.....	1168
50.3.1.3. Responsabilidade objetiva.....	1169
50.3.1.4. Competência.....	1169
50.3.1.5. Efeitos da apelação.....	1170
50.3.2. Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência.....	1171
51. TUTELA ANTECIPADA.....	1173
51.1. Introdução.....	1173
51.2. Espécies de tutela antecipada.....	1173
51.3. Antecipação de tutela de parcela incontroversa da pretensão (art. 273, § 6.º, do CPC).....	1175
51.4. Efeitos antecipáveis.....	1179
51.5. Processos e procedimentos compatíveis.....	1181
51.6. Requisitos positivos.....	1183
51.6.1. Prova inequívoca da verossimilhança da alegação.....	1184
51.6.2. Receio de dano irreparável ou de difícil reparação.....	1186
51.6.3. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.....	1187

51.6.3.1. Abuso do direito de defesa	1187
51.6.3.2. Manifesto propósito protelatório do réu	1188
51.7. Requisito negativo – irreversibilidade	1190
51.8. Legitimação	1191
51.9. Discricionariedade e fundamentação da decisão	1193
51.10. Momento da antecipação	1195
51.10.1. Inaudita altera parte	1195
51.10.2. Sentença	1197
51.10.3. Fase recursal	1200
51.11. Eficácia temporal da tutela antecipada	1202
51.12. Revogação ou modificação	1204
51.13. Efetivação	1206
51.14. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	1208
52. TEORIA GERAL DA TUTELA CAUTELAR	1213
52.1. Características	1213
52.1.1. Sumariedade	1213
52.1.2. Provisoriedade	1214
52.1.3. Instrumentalidade	1215
52.1.4. Revogabilidade	1216
52.2. Competência	1219
52.2.1. Críticas ao art. 800, <i>caput</i> , do CPC	1219
52.2.2. Ações cautelares probatórias	1221
52.2.3. Competência e prevenção do juízo	1222
52.2.3.1. Juízo competente e prevenção	1222
52.2.3.2. Juízo incompetente e prevenção	1222
52.2.3.3. Prevenção do juízo e cautelares probatórias	1223
52.2.4. Competência cautelar em grau recursal	1224
52.3. Mérito cautelar	1225
52.4. Procedimento	1226
52.4.1. Petição inicial	1226
52.4.2. Contraditório na demanda cautelar	1228
52.4.3. Revelia	1229
52.4.4. Instrução probatória	1229
52.4.5. Sentença	1230
52.5. Liminar	1231
52.6. Coisa julgada material	1233
52.7. Poder geral de cautela	1235

52.8. Prazo de eficácia da medida cautelar	1237
52.9. Cessação da eficácia da tutela cautelar.....	1239
52.9.1. Não propositura da a�o principal em 30 dias (art. 808, I, do CPC).....	1239
52.9.2. Ausência de execu�o da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 808, II).....	1240
52.9.3. Extingu�o do processo principal com ou sem resolu�o do mérito.	1240
52.10. Responsabilidade objetiva	1241
52.10.1. Introdu�o	1241
52.10.2. Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	1242
52.10.2.1. Sentença no processo principal for desfavorável (art. 811, I, do CPC)	1242
52.10.2.2. Obten�o da cautelar liminarmente e não promo�o de cita�o do requerido em cinco dias (art. 811, II, do CPC).....	1242
52.10.2.3. Cessa�o da eficácia nos casos do art. 808 do CPC (art. 811, III, do CPC).....	1243
52.10.2.4. Sentença de prescri�o e decadência (art. 811, IV, do CPC).....	1243
52.10.3. Liquida�o e execu�o.....	1243
53. ARRESTO.....	1245
53.1. Conceito.....	1245
53.2. Pressupostos para a concessão do arresto	1246
53.3. Aspectos procedimentais.....	1248
54. SEQUESTRO.....	1251
54.1. Conceito.....	1251
54.2. Distin�o entre arresto e sequestro	1252
54.3. Pressupostos para a concessão do sequestro	1254
55. CAU�O	1257
55.1. Conceito.....	1257
55.2. Classifica�o.....	1258
55.3. <i>Cautio pro expensis</i> (cau�o para pagamento de custas e honorários advocatícios).....	1260
55.4. Aspectos procedimentais.....	1261
56. BUSCA E APREENSÃO	1263
56.1. Conceito	1263

56.2. Espécies	1264
56.3. Procedimento.....	1265
57. EXIBIÇÃO DE COISA OU DOCUMENTO	1267
57.1. Conceito de Exibição.....	1267
57.2. As diferentes espécies de exibição de coisa ou de documento	1268
57.2.1. Exibição como meio de prova durante a fase instrutória.....	1268
57.2.2. Exibição preparatória para conhecimento de dados a instruir a ação principal.....	1269
57.2.3. Exibição fundada em direito material sobre a coisa ou sobre o documento	1269
57.2.4. Exibição cautelar de coisa ou de documento.....	1270
57.3. Procedimento da ação autônoma exorbitária	1271
57.3.1. Legitimidade	1271
57.3.2. Petição inicial e liminar.....	1272
57.3.3. Respostas do demandado	1273
57.3.4. Ausência de exibição	1274
57.3.5. Sentença.....	1275
58. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS.....	1277
58.1. Introdução.....	1277
58.2. Legitimidade	1278
58.2.1. Legitimidade ativa.....	1278
58.2.2. Legitimidade passiva.....	1279
58.3. Competência.....	1280
58.3.1. Inaplicabilidade da regra estabelecida pelo art. 800 do CPC	1280
58.3.2. Prevenção do juízo da produção antecipada de provas.....	1281
58.4. Aspectos procedimentais.....	1282
58.4.1. Petição inicial.....	1282
58.4.2. Mérito da produção antecipada de provas	1283
58.4.3. Liminar	1285
58.4.4. Respostas do requerido	1285
58.4.5. Preparação e realização da prova.....	1287
58.4.6. Sentença.....	1289
59. ALIMENTOS PROVISIONAIS.....	1293
59.1. Conceito e natureza jurídica	1293
59.2. Alimentos provisionais e alimentos provisórios.....	1294
59.3. Procedimento	1296

60. ARROLAMENTO DE BENS	1299
60.1. Visão geral	1299
61. JUSTIFICAÇÃO	1301
61.1. Introdução.....	1301
61.2. Natureza jurídica não cautelar	1302
61.3. Jurisdição voluntária.....	1303
61.4. Espécie de prova produzida.....	1304
61.5. Interesse na produção da prova testemunhal.....	1305
61.6. Competência	1306
61.7. Procedimento	1307
61.7.1. Petição inicial.....	1307
61.7.2. Citação dos interessados	1308
61.7.3. Participação do Ministério Público.....	1309
61.7.4. Não admissão de defesa	1310
61.7.5. Irrecorribilidade	1310
61.7.6. Sentença.....	1311
62. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES	1313
62.1. Conceito.....	1313
62.2. Natureza jurídica	1314
62.3. Procedimento	1315
63. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL	1319
63.1. Introdução.....	1319
63.2. Natureza jurídica	1320
63.3. Penhor legal e autotutela.....	1321
63.4. Procedimento	1322
64. POSSE EM NOME DE NASCITURO	1327
64.1. Introdução.....	1327
64.2. Natureza jurídica	1327
64.3. Legitimidade	1329
64.4. Procedimento	1329
65. ATENTADO	1331
65.1. Conceito e cabimento.....	1331

65.2. Natureza jurídica	1333
65.3. Procedimento	1334
66. PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS	1337
66.1. Introdução.....	1337
66.2. Protesto de título	1338
66.3. Apreensão de títulos	1339

LIVRO VI

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

67. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	1343
67.1. Introdução.....	1343
67.2. Consignação extrajudicial.....	1343
67.3. Competência	1345
67.4. Legitimidade	1346
67.5. Objeto da demanda consignatória.....	1346
67.6. Procedimento	1348
67.7. Complementação do depósito.....	1350
67.8. Consignação de prestações periódicas.....	1351
67.9. Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito	1353
67.10. Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios	1353
68. AÇÃO DE DEPÓSITO.....	1357
68.1. Introdução.....	1357
68.2. Legitimidade e Competência	1358
68.3. Procedimento	1359
68.4. Depositário judicial.....	1361
68.5. Prisão civil	1362
69. AÇÃO DE ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR	1363
69.1. Introdução.....	1363
69.2. Ação de reivindicação.....	1364
69.3. Ação de substituição de título ao portador	1364
69.4. Ação de anulação e substituição de título ao portador	1365

70. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	1369
70.1. Introdução.....	1369
70.2. Legitimidade	1370
70.3. Natureza dúplice	1371
70.4. Competência.....	1372
70.5. Ação de exigir contas.....	1372
70.6. Ação de dar contas	1375
71. AÇÕES POSSESSÓRIAS	1377
71.1. Proteção possessória	1377
71.2. Fungibilidade	1378
71.3. Ação dúplice?	1379
71.4. Competência.....	1380
71.5. Legitimação	1381
71.6. Exceção de domínio	1382
71.7. Cumulação de pedidos.....	1383
71.8. Procedimento	1384
71.8.1. Reintegração e manutenção de posse	1384
71.8.2. Interdito proibitório	1387
72. AÇÃO DE NUNCIÇÃO DE OBRA NOVA	1389
72.1. Introdução.....	1389
72.2. Cabimento.....	1390
72.3. Legitimidade	1391
72.4. Procedimento	1392
72.5. Embargo extrajudicial	1394
73. AÇÃO DE USUCAPIÃO	1395
73.1. Definição de usucapião.....	1395
73.2. Requisitos gerais e específicos da usucapião	1396
73.3. Legitimação	1397
73.4. Competência.....	1399
73.5. Petição inicial.....	1399
73.6. Citações e intimações	1400
73.7. Sentença e transcrição no registro de imóveis	1401
73.8. Usucapião como matéria de defesa.....	1401

74. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS	1403
74.1. Introdução.....	1403
74.2. Procedimento da ação de demarcação	1405
74.3. Procedimento da ação de divisão	1406
75. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA.....	1409
75.1. Introdução.....	1409
75.2. Inventário negativo.....	1410
75.3. Competência e universalidade do foro sucessório.....	1411
75.4. Questões de alta indagação.....	1411
75.5. Administrador provisório	1412
75.6. Inventariante	1413
75.7. Arrolamento sumário.....	1415
75.8. Arrolamento comum	1416
75.9. Procedimento do inventário.....	1417
75.10. Colação	1419
75.11. Sonegação	1420
75.12. Pagamento das dívidas	1421
75.13. Herdeiro preterido.....	1422
75.14. Partilha	1423
76. EMBARGOS DE TERCEIRO	1427
76.1. Conceito.....	1427
76.2. Hipóteses especiais de embargos de terceiro.....	1428
76.3. Legitimação	1430
76.4. Competência.....	1433
76.5. Prazo para ingresso dos embargos de terceiro.....	1434
76.6. procedimento	1435
77. AÇÃO DE HABILITAÇÃO	1439
77.1. Introdução.....	1439
77.2. Procedimento	1440
78. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	1443
78.1. Introdução.....	1443
78.2. Legitimidade	1444
78.3. Competência	1445
78.4. Procedimento	1445

79. VENDAS A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO	1449
79.1. Introdução.....	1449
79.2. Procedimento da execução do preço	1450
79.3. Procedimento para recuperação da coisa vendida	1450
80. AÇÃO MONITÓRIA	1453
80.1. Conceito.....	1453
80.2. Natureza jurídica	1454
80.3. Admissibilidade.....	1456
80.4. Fazenda Pública e ação monitória.....	1458
80.5. Incapaz e ação monitória	1459
80.6. Ingresso da monitória	1460
80.7. Expedição do mandado monitório e citação do réu.....	1461
80.8. Posturas do réu.....	1462
80.9. A Natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório	1463
80.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente	1464
80.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material	1465
80.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória.....	1467
80.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento.....	1468
80.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório	1471
80.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório	1473
80.16. Fase de cumprimento de sentença	1475
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1477